



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

KELLY CÁSSIA VITÓRIO DE ASSIS

NOVAS FAMÍLIAS, NOVAS DEMANDAS:
Mudanças na organização familiar e a relação com escola.

Ouro Preto / MG

2021

KELLY CÁSSIA VITÓRIO DE ASSIS

NOVAS FAMÍLIAS, NOVAS DEMANDAS:
Mudanças na organização familiar e a relação com escola.

Relato de experiência como exigência da
Disciplina EDU 381- Monografia – curso de
Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosa Maria da Exaltação
Coutrim.

Ouro Preto / MG

2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

A848n Assis, Kelly Cassia Vitorio de.
Novas famílias, novas demandas [manuscrito]: mudanças na
organização familiar e a relação com escola.. / Kelly Cassia Vitorio de
Assis. - 2021.
28 f.

Orientadora: Profa. Dra. ROSA MARIA DA EXALTAÇÃO COUTRIM.
Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em Pedagogia .

1. Relação escola - família. 2. Discriminação da criança. 3. Homofobia.
I. COUTRIM, ROSA MARIA DA EXALTAÇÃO. II. Universidade Federal de
Ouro Preto. III. Título.

CDU 37

Bibliotecário(a) Responsável: Luciana De Oliveira - SIAPE: 1.937.800



FOLHA DE APROVAÇÃO

Kelly Cássia Vitório de Assis

NOVAS FAMÍLIAS, NOVAS DEMANDAS: Mudanças na organização familiar e a relação com a escola

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia
da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia

Aprovada em abril de 2021.

Membros da banca

Profa. Dra. Rosa Maria da Exaltação Coutrim - Orientador(a) - Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. Erisvaldo Pereira dos Santos - Universidade Federal de Ouro Preto

Profa. Dra. Rosa Maria da E. Coutrim, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 28/06/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Rosa Maria da Exaltacao Coutrim, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 28/06/2021, às 20:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0187551** e o código CRC **A7186578**.

DEDICATÓRIA

À Deus pela oportunidade de viver intensamente cada dia, aos meus pais, meu querido irmão Wener, minha amada filha Marina e esposo amado Leonardo, razões do meu viver.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às pessoas com quem convivi nos espaços escolares e fora deles ao longo desses anos. A experiência de uma produção compartilhada na comunhão com amigos e profissionais nesses espaços foram as melhores, especialmente à minha querida orientadora Prof.^a Dr.^a Rosa Maria da Exaltação Coutrim, que com sua leveza, seu sorriso, seu profissionalismo e formação, levou-me para o caminho certo e com tranquilidade, puxões de orelha (risos), paciência e carinho, me mantendo focada, contribuindo para o desenrolar deste trabalho.

Ao Professor Erisvaldo pelas orientações para elaboração do trabalho, um professor diferenciado, que merece todo carinho, agradeço pela oportunidade de ter participado como sua aluna, em suas disciplinas. As discussões me influenciaram de forma racional, dando-me a sapiência e a criticidade profissional e me engrandeceu como pessoa, obrigada professor!

Meu esposo Leonardo de Assis, nada seria possível sem o seu apoio, seu carinho e amor. Passamos por muitos momentos, crescemos juntos e hoje estamos fortes e unidos como o empenho e dedicação a esse trabalho, te amo muito.

Minha filha querida, Marina Vitória de Assis, os momentos em que estive ausente, foram importantes para construção deste trabalho, mas sempre senti seu carinho e o seu amor por isso, te agradeço por tudo, te amo.

À minha família pai e mãe que me apoiaram a todo momento, meu irmão Wener de Cássia Vitória pelas risadas, pela solidariedade nos momentos difíceis, compreensão nos trabalhos “ufopianos”, a próxima formatura será a sua, obrigada irmão!

A todos da Escola Estadual Professora Maria do Carmo Almeida/ Amarantina, da Escola Estadual Antônio Pereira, Escola Municipal Bernadina de Queiroz Carvalho e a Escola Municipal Benedito Xavier/Glaura, obrigada pela oportunidade de vivenciar momentos maravilhosos com vocês. Aos profissionais e as amigas de toda vida Rita de Cássia Cerceaux, Rôla, Sueli Silva e Rosiléa Sandra Guimarães, aos profissionais Hugo Nascimento Marinho, Flávia Cássia de Carvalho, o meu muito obrigada, gratidão eterna.

Minhas miglas de universidade, Ane Carolina Torres Ferreira, Bruna Pereira da Costa, Camilla Ap. Rocha da Cruz e Júnia Gilma M. D. Barbosa, Stephanie Layana Garcia, estar com vocês foi um presente, rimos (demais), aprendemos, ensinamos umas às outras e a amizade que fundamentamos ficará pra sempre, SÓ NÓS!

RESUMO

Este trabalho traz uma reflexão sobre as mudanças nas configurações familiares e a relação com a escola a partir de um relato de uma experiência. O relato de experiência é um texto que descreve uma determinada experiência que possa contribuir de forma relevante para área de atuação. Assim, o objetivo geral deste trabalho foi apresentar uma experiência vivenciada em uma escola da rede estadual de educação do estado de Minas Gerais, na região dos Inconfidentes e, a partir dela, refletir teoricamente sobre as mudanças na organização familiar, principalmente as famílias homoparentais e as novas demandas trazidas por essas famílias à escola. A cena observada foi relativa a uma situação de discriminação por parte de servidores de uma escola pública de uma criança oriunda de família homoafetiva. Para a análise teórica da experiência foram trazidas diferentes concepções de família, seus novos arranjos e sua relação com a escola. Entre outros autores FARIAS e MAIA (2009), NOGUEIRA (2006), SZYMANSKI (2002) contribuíram com suas pesquisas para a reflexão. O relato reflexivo da experiência, juntamente com a literatura nos revelou que salvo exceções, as escolas não estão preparadas para receber as famílias com diferentes configurações e ainda preserva o preconceito velado contra famílias homoafetivas.

Palavras-chave: Relação família-escola; Novas configurações familiares; Família homoafetiva.

ABSTRACT

This paper brings a reflection on the changes in family configurations and the relationship with the school from an experience report. The experience report is a text that describes a particular experience that may contribute in a relevant way to the area of action. Thus, the general objective of this paper was to present an experience lived in a school of the state education system of Minas Gerais, in the region of Inconfidentes, and, based on it, to reflect theoretically about the changes in family organization, especially the homoparental families and the new demands brought by these families to the school. The scene observed was related to a situation of discrimination by public school employees of a child from a homo-affective family. For the theoretical analysis of the experience different conceptions of family, its new arrangements and its relationship with the school were brought. Among other authors FARIAS and MAIA (2009), NOGUEIRA (2006), SZYMANSKI (2002) contributed with their researches to the reflection. The reflective report of the experience, along with the literature revealed us that with some exceptions, schools are not prepared to receive families with different configurations and still preserve the veiled prejudice against homo-affective families.

Keywords: Family-school relationship; New family configurations; Homoafetive family.

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT	7
INTRODUÇÃO	9
1. RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	11
1.1 A OBERVAÇÃO DA CENA	11
2. CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA SOBRE FAMÍLIA.....	14
2.1 FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS E HOMOAFETIVAS	15
3. O QUE TRAZ A LEGISLAÇÃO SOBRE OS NOVOS ARRANJOS FAMILIARES.....	17
4. A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: AS ESCOLAS ESTÃO PREPARADAS PARA AS DIFERENTES CONFIGURAÇÕES FAMILIARES?	19
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25

INTRODUÇÃO

A sociedade moderna vem se modificando em todos os aspectos, seja nos campos da economia, da política e da cultura, influenciando nossas vidas. A família, como uma instituição, também se modificou, assumindo novos arranjos, novas configurações que impactam nos papéis exercidos por cada um de seus membros.

A escola também se modificou nas últimas cinco décadas. O meio em que as crianças e os jovens estão inseridos têm configurações diferentes e o que é vivenciado na família e na comunidade se reflete na escola. Por isso, a comunidade escolar, gestores(as) pedagogos(as) e professores(as), devem estar atentos à essas mudanças para que possam ensinar a inclusão e respeito às diversidades na escola e assim auxiliem os estudantes em sua formação para a atuação em favor de uma sociedade que reconheça e respeite a diversidade possibilitando a inclusão.

Nesse sentido, as teorias estudadas na universidade a respeito da diversidade, da inclusão e do respeito às diferenças são fundamentais para a formação de pedagogos(as), porém a prática é imprescindível para vivenciar essa teoria e desenvolver habilidades necessárias para o processo de consolidação da formação acadêmica. No início do curso de Pedagogia, na Universidade Federal de Ouro Preto, estudamos muitas teorias e após alguns semestres percebemos o quanto é importante a relação teoria e prática, pois a partir do primeiro contanto com a escola fazemos observações, relacionamos com a teoria e refletimos como podemos intervir na realidade e atuar em meio a tantas diferenças encontradas em um ambiente escolar.

A partir da minha atuação em uma escola pública da Região dos Inconfidentes e as observações que pude realizar ao longo do tempo surgiu o objetivo principal desse trabalho, que é com base em um relato de experiência, refletir sobre as mudanças na organização familiar e as novas demandas trazidas para a escola pelas famílias com configurações distintas daquelas conhecidas pelo senso comum como “tradicional”, com o foco principal nas famílias homoparentais.

O referencial teórico utilizado para o trabalho está centrado principalmente na sociologia e na psicologia da educação. Autoras como SZYMANSKI (2002), LACERDA (2008) e NOGUEIRA (2006) foram utilizadas para a melhor compreensão dos conceitos de família e da relação família-escola. Sobre famílias homoparentais e seus reflexos na escola as principais autoras trazidas foram FARIAS e MAIA (2009), entre outros.

O relato de experiência é uma atividade de pesquisa que está baseada na pesquisa participante. A pesquisa participante, segundo conceito utilizado por SEVERINO (1996) é aquela em que o pesquisador observa os fenômenos e compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados, participando de forma sistemática e permanente ao longo da pesquisa. A análise

da observação foi feita com base na revisão da literatura sobre os temas: famílias homoparentais e escola; relação família-escola. A partir da busca dos artigos sobre o tema foi realizada uma análise crítica a respeito do papel da escola e dos profissionais da educação sobre as novas configurações familiares e, mais especialmente sobre famílias homoafetivas.

1. RELATO DE EXPERIÊNCIA

A família é uma instituição importante para a vida escolar da criança, ela é a base da socialização e um dos agentes responsáveis pelo seu bem-estar físico, social e psicológico. Ao ser matriculada na escola a criança já incorporou disposições morais e práticas, aprendeu lições transmitidas pela tradição e que são repassadas por gerações dentro do grupo familiar. Contudo, na medida em que se desenvolvem, seu universo se amplia e passa a ser constituído pelo meio e pelos grupos que a cercam, representados pela família, pela comunidade, pelas amizades e parentes próximos, pelos agentes presentes na escola, pela mídia, etc.

Embora o curso de pedagogia não tenha trazido uma discussão muito profunda sobre a família esse é um tema que me trouxe reflexões. Durante a primeira semana de observação e ambientação, como estagiária em uma determinada instituição escolar, presenciei uma situação que me inquietou. Matriculada na disciplina de Estágio Supervisionado II, do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto, a observação do espaço escolar é o primeiro passo para interagir com toda a comunidade escolar inserida naquele ambiente. Algumas escolas da rede estadual de ensino da Região dos Inconfidentes oportunizam aos estudantes de diversos cursos o estágio curricular. No caso do curso de Pedagogia, a observação do espaço escolar é o primeiro passo da formação prática e auxilia na prática efetiva da docência.

A escola em questão é pequena e está situada em uma região de alta vulnerabilidade social e econômica em um distrito de Ouro Preto e oferece, além de outras modalidades de ensino, a Educação Infantil para as crianças em idades de 4 a 6 anos. A Educação Infantil é a base inicial do processo educacional, em sua maioria, é a primeira separação das crianças dos seus vínculos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização mais complexa e abrangente. Meu estágio ocorreu na Educação Infantil dessa escola e a cena analisada a seguir se deu nesse espaço.

1.1 A observação da cena

As crianças chegam à escola para momentos de aprendizagens e vivências, e na ansiedade para iniciar as aulas se despedem de colegas de transporte escolar, outros se despedem dos familiares que as levam até a entrada da escola. Já dentro do prédio da escola, encontram amigos e professores. Para algumas crianças esse processo de chegada ao ambiente escolar e de sociabilidade com colegas, servidores e professores é natural e ocorre sem maiores problemas.

Um dia, observando a chegada das crianças ao ambiente escolar, me chamou a atenção a atitude de alguns profissionais da educação ao avistarem um menino, branco, de aproximadamente 6 anos de idade, com uniforme adequado às normas da escola que, ao encontrar com os amigos, esbanjou sorrisos e felicidade. Nesse momento, em que também chegavam à escola outros alunos este menino foi destacado pelos profissionais que estavam ao meu lado. Ao meu lado direito estavam duas professoras da educação infantil, ambas formadas em Pedagogia e, ainda, do meu lado esquerdo, estava outra professora também da educação Infantil e uma auxiliar de serviços gerais. O menino em questão foi alvo de vários comentários por parte do grupo tais como:

- “Este aluno já vem com problema de família, coitado”
- “Como fica a cabeça desse menino com dois pais”?
- “Como irá aprender se já tem a cabeça confusa com dois pais, que família é essa”?

Sem entender o motivo de tais apontamentos observei seus olhares e os comentários. Logo percebi que o menino, feliz em sua naturalidade, espontaneidade e carinho havia se despedido de seus pais, dois homens. Foi então que pude entender que tal reação era em função da família na qual a criança estava inserida, uma família homoafetiva. As professoras consideram a criança um “problema”, diziam que não iria aprender, pois já tem a “cabeça confusa desde casa”. Em seguida, cada profissional da instituição direcionou-se para seu posto de trabalho como se nada tivesse acontecido e como se aqueles apontamentos fossem corriqueiros e aceitos de forma natural por todos.

Mais tarde, durante o intervalo, na sala de professores, as mesmas docentes repetiram os comentários diante de todos os outros servidores que estavam na sala, inclusive diante de outros três estagiários que estavam presentes.

Cada um dos profissionais que estavam ali durante os comentários, ficara com a premissa de que o aluno seria um problema para escola, sendo este “má influência” aos outros alunos, pois o menino em questão não se enquadrava nos padrões heteronormativos exigidos pela sociedade moderna. Ou seja, sua família era muito diferente, e mais, prejudicial à criança e à escola. Como ele não tinha uma mãe e um pai, o discurso das professoras soava como se sua família interferisse negativamente em quaisquer problemas em sua aprendizagem e formação social, o que seria algo sem solução uma vez que dizia respeito à sua formação familiar e a escola não poderia intervir.

Presenciar tais cenas me levaram a refletir muito a respeito da família com quem a escola espera interagir. Daí a necessidade de buscar na literatura uma base para compreensão da experiência que vivi.

2. CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA SOBRE FAMÍLIA

Desde o início do curso de Pedagogia na Universidade Federal de Ouro Preto e durante as várias disciplinas cursadas, muitas situações foram abordadas, debatidas e pautadas na alfabetização, na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), nas políticas públicas educacionais, no currículo e esses debates nos influenciam na maneira de como atuaremos na profissão de pedagogo (a). Mesmo diante de discussões importantes, nos faltou discussões sobre os constituintes da escola: a primeira mediadora, *a família*. Decidi então, por meio deste relato de experiência, buscar mais informações e contribuições teóricas para refletir sobre a(s) família(s) e sua relação com a escola. Assim, sobre a importância da família para a formação humana Dessen e Polonia (2007), concluem que:

Como primeira mediadora entre o homem e a cultura, a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva (p.22).

Nas últimas décadas novas configurações familiares estão se tornando numericamente mais expressivas.

Estatísticas revelam que o perfil das famílias compostas unicamente por pai (hétero), mãe(hétero) e filhos deixou de ser maioria nos domicílios brasileiros. As Estatísticas do Registro Civil do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2014), mostram as transformações na sociedade brasileira ao longo de 40 anos. O estudo resulta da coleta das informações prestadas pelos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, Varas de Família, Foros ou Varas Cíveis e os Tabelionatos de Notas do País mostrando que entre cônjuges de mesmo sexo, em 2014, houve 4.854 registros de casamentos (0,4% do total de casamentos), dentre os quais 50,3% (2.440) eram entre cônjuges femininos, e 49,7% (2.414) entre cônjuges masculinos. A partir de 14 de maio de 2013, quando se iniciou os registros dos casamentos homoafetivos, até o final do mesmo ano, foram registrados 3.701 casamentos. O modelo tradicional formado por pai-mãe-filhos não foi descartado, mas a sociedade se abre para novas formas de convivência doméstica (CORREIO BRAZILIENSE, 2018).

Szymanski, compreende como família, “uma associação de pessoas que escolhe conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo” e nos apresenta com base nos referenciais fornecidos por Kaslow, os seguintes tipos de composição familiar: Família nuclear, incluindo duas gerações, com filhos biológicos; Famílias extensas, incluindo

três ou quatro gerações; Famílias adotivas temporárias; Famílias adotivas, que podem ser biraciais ou multiculturais; Casais; Famílias monoparentais, chefiadas por pai ou mãe; Casais homossexuais, com ou sem crianças; Famílias reconstituídas depois do divórcio; Várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo (KASLOW, 2001 apud SZYMANSKI, 2002, p. 37).

Portanto, essa diversidade obriga a se mudar o foco da estrutura da família nuclear como modelo de organização familiar, para a consideração das novas questões referentes à convivência entre as pessoas na família e sua relação com a sociedade (SZYMANSKI, 2002, p.10).

2.1 Famílias homoparentais e homoafetivas

De acordo com Souza (2009) as transformações ocorridas na sociedade influenciaram não apenas o objetivo e as formas de organização familiar, mas também interviu na composição desta e define família homoparental/homoafetiva com decorrente da união de pessoas do mesmo sexo, que se unem objetivando a constituição de vínculo familiar, mantenham convivência pública, contínua e duradoura.

O termo homoparentalidade surgiu na França por volta da década de 1990, criado por integrantes da Associação de Pais e Mães Gays e Lésbicas (APGL) daquele país (UZIEL, MELLO, & GROSSI, 2006). Famílias homoparentais e famílias homoafetivas são expressões utilizadas no Brasil para designar as famílias constituídas por pessoas do mesmo sexo, mas os termos têm diferenças entre si. As famílias homoparentais são constituídas pela relação afetiva-sexual entre dois indivíduos do mesmo sexo que se relacionam de forma estável, numa mesma habitação, com ou sem a existência de filhos desta relação. Porém, comumente se utiliza o termo família homoparental para casais homoafetivos com filhos (LACERDA, 2008).

Diante da diversidade de novos arranjos nas configurações familiares, a família homoparental desponta com grande visibilidade e reivindica direitos e serviços que a respeitem. No Brasil o reconhecimento da união estável homoafetiva ocorreu em 2011 e a aprovação pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em 2013 a resolução tornou obrigatória aos cartórios de todo o território brasileiro a celebração do casamento civil, bem como a conversão de união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo. Esses processos reconhecem a legitimação da união civil entre sujeitos homossexuais sendo os novos arranjos com filhos formados por dois pais ou duas mães, o que impacta diretamente nas possibilidades legais de acesso aos mesmos direitos reconhecidos em relações heterossexuais, dentre eles a adoção.

Muitas pesquisas têm nas famílias homoparentais objeto de estudo voltado para os comportamentos e influências dos casais homoafetivos em relação à adoção de crianças. Porém, ainda há poucas análises sobre a relação entre as famílias homoparentais e a escola dos filhos.

3. O QUE TRAZ A LEGISLAÇÃO SOBRE OS NOVOS ARRANJOS FAMILIARES

Embora a família nas sociedades industrializadas tenha sofrido muitas mudanças nos últimos 50 anos, a configuração nuclear, constituída pelo casal heterossexual e filhos, continua sendo vista pelo senso comum como um modelo. Contudo, hoje em dia, torna-se difícil sustentar a ideia de um “modelo”, de um “ideal de família”.

A legislação brasileira definiu família baseando-se (principalmente pelo Código Civil de 1916) na consanguinidade genética, fazendo a distinção entre filhos legítimos e ilegítimos, e nos casos de adoção não envolvendo a sucessão hereditária (Art. 337). Segundo tal legislação um eventual filho ilegítimo que fosse reconhecido por um dos cônjuges não poderia residir no mesmo lar conjugal sem o consentimento expresso do outro (Art. 339).

Muitas mudanças ocorreram do início do século XX para os dias de hoje. A Constituição Federal de 1988 trata da Família no Art. 226, das seguintes formas:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuito a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 66, de 2010).

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Assim a família é interpretada pela Constituição de 1988 como um ambiente onde o sujeito é capaz de desenvolver suas potencialidades individuais, tendo em vista o princípio do Direito das Famílias. O Código Civil reconhece como entidade familiar “a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública,

contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 612/2011, altera os arts. 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo, mudando a redação do art. 1.723 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil) para reconhecer como entidade familiar a união estável entre duas pessoas, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. O Supremo Tribunal Federal reconheceu, por unanimidade, a união estável entre casais do mesmo sexo como entidade familiar e assim as mesmas regras aplicadas para relações estáveis entre homens e mulheres serão aplicadas aos casais homoafetivos. (AGENCIA BRASIL, 2017).

Na esfera educacional a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, considera a família espaço que circunda o processo de formação do indivíduo, estabelecendo:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais" (Brasil, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 1996).

Certamente, assim refletindo as mudanças ocorridas na sociedade o conceito de família sofreu modificações baseadas na legislação que foi se modificando ao longo do tempo por necessidade de adaptação aos novos tempos e por pressão dos movimentos sociais.

Dessa forma o conceito de família foi sendo construído de acordo com a as necessidades de uma sociedade que se firma em tempos cada vez mais modernos e plurais. Diferentes configurações familiares estão convivendo no mesmo território e, por isso, a escola como instituição formadora precisa refletir sobre toda essa dinâmica de mudanças, para que seu ambiente esteja no mesmo patamar de discussões. A preparação do indivíduo para a sociedade plural e democrática exige que a escola esteja atenta às diferenças e não permita que preconceitos e desrespeito façam parte desse ambiente. Espera-se, portanto, que professores(as), gestores(as) escolares, e outros servidores(as) da escola não reproduzam a discriminação do sujeito e de sua família. Mas será que a escola está preparada para as diferentes configurações familiares?

4. A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: AS ESCOLAS ESTÃO PREPARADAS PARA AS DIFERENTES CONFIGURAÇÕES FAMILIARES?

Ainda há muito a se aprender na escola sobre a convivência com as adversidades e as diversidades familiares. As relações que comungam são relatadas em diversas pesquisas, que trazem à tona toda a relação, seus conflitos e suas demandas. No entanto as novas configurações familiares estão na escola, e inegável a sua presença e as famílias precisam ser tratadas de forma natural, antes mesmo de estar em seu ambiente escolar. Isso seria possível se as mesmas trouxessem para dentro de seus muros discussões relacionadas às diversidades, seja étnica-racial, religiosa e / ou de gênero. Assim as interações entre família escola poderiam se tornar mais flexíveis e com o objetivo de trabalhar em prol da formação do sujeito.

Nogueira (2006), impulsiona a reflexão sobre os fatores que estão na base das interações entre a família e a instituição escolar, bem como sobre as características de que se revestem essas novas formas de relação no artigo “Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação”. A autora em questão é uma referência nos estudos das relações família escola e suas contribuições são significativas para reflexões de relatos como esse. Acrescenta que "escola e família intensificam suas relações de modo nunca antes conhecido. A presença dos pais no recinto escolar e sua participação nas atividades de ensino tornam-se cada vez mais comuns. Os contatos formais e informais se multiplicam e se diversificam" (p. 575).

De acordo com a autora são inúmeras as tentativas de inserção da família na escola, desde bilhetinhos direcionados à eventos, festas da família, curso, reuniões e também de forma rotineira os contatos na entrada e na saída da escola, onde alguns pais aproveitam a oportunidade para buscar informações, estreitando ainda mais a relação.

Hoje já está claro que quanto mais escola e famílias conseguirem se aproximar no esforço conjunto em prol da educação das crianças e dos jovens, melhores são os resultados. Os responsáveis pelo espaço escolar, independente da presença e/ou ausência da família, devem buscar formas e estratégias para estreitar a relação, almejando a todo momento um diálogo amigável entre as partes. A partir de tal constatação Chechia e Andrade (2005) afirmam que quanto mais os pais e a escola estiverem envolvidos no processo educativo, se tornando verdadeiros parceiros, cada vez mais se sentirão dispostos na colaboração da educação escolar de seus filhos.

Contudo, apesar da constatação de que o diálogo entre família e escola é importante, tal relação não é simples. Atualmente percebe-se que não há uma clara delimitação de fronteiras. De um lado, a escola não se limita mais às tarefas voltadas para o desenvolvimento intelectual dos alunos, estendendo suas ações aos aspectos corporais, morais, emocionais do processo de

desenvolvimento. De outro, a família passa a reivindicar o direito de interferir no terreno da aprendizagem e das questões de ordem pedagógica e disciplinar (NOGUEIRA, 2006, p.164). Em se tratando da formação de professores para que possam auxiliar a escola nessa relação, a legislação prevê a formação para a diversidade. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006), podemos notar a seguinte formulação sobre a formação de professores:

Art. 5º O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a: X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras.

Então desde a formação inicial do professor, que atua na escola, pode fortalecer essa relação, mantendo o respeito e o diálogo sobre temas relacionados as mudanças nas configurações familiares, mudanças que já estão presentes na escola.

A interação entre família escola é importante, pois são instituições que educam sujeitos por discursos que se provocam, se interrelacionam, se conjugam, se complementam ou distanciam.

A abordagem sobre famílias homoparentais surge na escola também pelos/as estudantes muitas vezes de forma inocente, nas rodas de conversa ou outras situações, como parte do seu convívio, como sua família. Nesse sentido, há de se ter uma grande preocupação com relação a como a escola percebe e recebe e aborda os novos arranjos familiares.

Nos anais da Conferência Internacional Online de Educação Sexual, o COES, as autoras Luciana Kornatzki e Paula Regina Costa Ribeiro apresentaram uma pesquisa, intitulada: “As relações entre famílias homoparentais ou homoafetivas e escola: uma revisão de literatura” (2015). O objetivo dessa pesquisa foi apresentar uma revisão de literatura realizada nos portais de periódicos científicos da CAPES e Scielo sobre as relações entre famílias homoparentais ou homoafetivas e a escola. As autoras constataram a inexistência de trabalhos que abordam essas relações e a necessidade de mais pesquisas.

Nesse trabalho é possível entender que há necessidade de se discutir amplamente a relação de famílias homoafetivas com a escola. De acordo com as autoras, a escola não pode negar a existência das diferentes configurações familiares, de sujeitos e subjetividades que não correspondem à norma heterossexual que por ela passam. Diante de tal problematização é importante questionar se os conceitos de homoafetividade são trabalhados e problematizados no espaço escolar por meio de práticas curriculares, bem como quais os discursos utilizados por professores(as) para abordar a instituição familiar. Portanto, as autoras ressaltam a necessidade de investigações que problematizem os processos pedagógicos envolvendo essa configuração familiar.

Uma das possibilidades para se estudar e entender o tema da relação família-escola é conhecer as concepções de professores a respeito das famílias de seus alunos. Nesse sentido, uma pesquisa realizada com professores da educação infantil em uma escola do interior paulista sugere um desconhecimento, por parte dos professores, das características das famílias atendidas, ou uma imagem estereotipada das mesmas, uma vez que as descrições feitas estão carregadas de conotações negativas e preconceituosas (TANCREDI & REALI, 2001). A pesquisa explora as concepções acerca desta relação, as quais são divididas entre enfoque sociológico e psicológico.

De acordo com outra pesquisa realizada por Farias e Maia (2009), que contribui para essa discussão, quando se fala de famílias homoparentais esbarra-se na maioria das vezes com alguns questionamentos de pessoas que não reconhecem esta configuração familiar como válida e tais questionamentos geralmente se originam dos mitos relacionados ao conceito de “modelo de família” e à homossexualidade. Nessa pesquisa foram levantados mitos relacionados as famílias e a sexualidade, e desses mitos foram esclarecidos pela literatura.

Tais mitos estão diretamente ligados à minha vivência e são indagações feitas por profissionais da escola: “As crianças vão ter problemas em seu desenvolvimento?” apontando diretamente para a família homoparental. As pesquisas aqui trazidas esclarecem que não há diferenças significativas no desenvolvimento físico e psicossocial entre filhos criados por pessoas gays e lésbicas e filhos criados por pessoas heterossexuais. Além disso, possíveis diferenças podem até ser identificadas, mas não são atribuídas às características da orientação sexual dos cuidadores e, sim, às condições diversas como: orgânicas, econômicas, educacionais, sociais etc.

“As crianças criadas por casais homossexuais irão sofrer mais por terem que lidar sempre com a questão do preconceito social.?” Para essa questão, a pesquisa ressalta que, baseado na literatura o sofrimento diante da discriminação social em relação a algum tipo de preconceito não se restringe à orientação sexual, mas a diversos outros fatores igualmente estigmatizantes, como raça, etnia, deficiências, pobreza etc. (FARIAS e MAIA, 2009, p.87-88). Os autores ainda esclarecem que os exemplos de papéis sexuais extrapolam os modelos de pai e mãe; além disso, os papéis sexuais maternos ou paternos independem de sexo biológico e podem ser assumidos tanto por homens quanto por mulheres, na sociedade em geral.

As pesquisas que investigaram esta relação sob o ponto de vista dos diferentes atores envolvidos são apresentadas, principalmente, considerando as novas configurações familiares em plenitude, respeitando a diversidade e a inclusão. As famílias homoparentais, não

correspondem ao padrão heteronormativo, mas estão com seus tutelados nas escolas de todo país, quiçá, de todo o mundo.

Com o aumento das famílias homoparentais é impossível negar sua existência e torná-las invisíveis pela escola. Segundo as tendências nas uniões civis já apresentadas neste trabalho, com o passar dos anos essas famílias irão circular com maior frequência no ambiente escolar, porém, como demonstrado, ainda resistem os discursos preconceituosos nesses espaços. Assim, escola precisa estar culturalmente, socialmente e profissionalmente preparada para respeitar e acolher a essas e a tantas outras famílias, para que juntas possam oferecer mais do que uma educação de qualidade e sim uma formação ao sujeito que possamos prepara-los amplamente, para viver e atuar em um mundo mais inclusivo, mais igualitário, justo e sem preconceitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mudanças sociais e culturais que caracterizam a sociedade moderna interferem nas relações familiares e, principalmente, nos tipos de formação das famílias atuais, que são diferentes e mais diversificadas que as famílias de antigamente. Hoje em dia, com a maior flexibilização da legislação, famílias podem ser constituídas sem haver o matrimônio e até mesmo sem gerarem parentesco entre as partes.

Dados dos institutos de pesquisa como IBGE trazidos neste trabalho nos mostram que a família nuclear, formada por casal heterossexual e filhos, considerado até então hegemônico, já não constitui a maioria das famílias no Brasil. Hoje em dia convivem famílias recasadas, monoparentais, homoafetivas, casais sem filhos e tantas outras, porém, no imaginário popular ainda há a ideia de que o “modelo” de família patriarcal a ser seguido é o nuclear.

A própria legislação permite visibilizar e legitimar as famílias formadas pela união de pessoas do mesmo sexo, rompendo com posições restritas e discriminatórias, ou pelo menos mobilizando a sua problematização.

O relato de experiência trazido neste estudo nos mostrou uma cena chocante de discriminação de uma criança filha de dois pais. A análise da cena revela que o preconceito contra a família homoafetiva e, principalmente, como a ação discriminatória afeta não os pais, adultos e com plenas condições de se defenderem na justiça se fosse o caso, mas o elo mais frágil, a criança.

Com apenas 6 anos de idade a criança teve seu destino traçado antecipadamente pelos servidores da escola. As frases preconceituosas disfarçadas de preocupação e atenção ao menino que se socializava normalmente com os colegas foram repetidas em diferentes espaços para que todos pudessem ouvir, compartilhar e reforçar: - “Este aluno já vem com problema de família, coitado”; “Como fica a cabeça desse menino com dois pais”? - “Como irá aprender se já tem a cabeça confusa com dois pais, que família é essa”?

Em um momento da vida em que sua socialização está em ampliação, essa criança já chega à escola recebendo uma marca que remete à negatividade, um estigma. O de aluno que vai ter problemas psicológicos e, conseqüentemente, trazer problemas para a escola.

Infelizmente, o caso presenciado revela a crueldade do preconceito, e é um entre tantos outros vivenciados por crianças e adolescentes por causa de sua família, de sua cor, de seu corpo, de sua religião, de sua sexualidade, etc. Certamente ainda temos muitos desafios pela frente e ressaltamos a importância das pesquisas e reflexões sobre a relação das novas configurações familiares, sobretudo as famílias homoparentais.

Para superar esses desafios é primordial o desenvolvimento de pesquisas que invistam no conhecimento dessa relação família-escola e que procurem conhecer as práticas e a atuação dos profissionais que nela estão envolvidos, a fim de oportunizar a reflexão e implementação de possibilidades de intervenção que promovam mudanças importantes e significativas na relação família escola. É preciso também que a escola exerça o diálogo, e que haja a mudança nos currículos e na formação continuada de professores(as). É preciso compreender que a relação família escola existirá sempre que houver a existência dessas duas instituições. Ambas contribuem para formação ética, crítica e ativa do sujeito para seu efetivo exercício na sociedade em que vivemos. O respeito às diversidades, as diferenças étnico-racial, de gênero, religião, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras devem ser respeitadas, antes mesmo desse indivíduo iniciar seu percurso escolar.

A partir das pesquisas e reflexões trazidas neste texto, compreendemos que a escola ainda não está preparada para receber as novas configurações familiares, e as famílias homoparentais são as que sofrem com o preconceito velado (e em alguns casos muito aparente). Portanto, a experiência de ver uma criança de aproximadamente 06 anos de idade, ser estigmatizada por ter dois pais, causa indignação e reflete a urgente necessidade de pesquisas e discussões sobre as diferentes configurações familiares. À escola cabe nortear as discussões e atuar de forma efetiva para promover o respeito ao indivíduo e às suas diferenças. E com somos agentes transformadores, podemos e devemos acolher, refletir, inflamar e ressaltar as discussões sobre as diferenças entre as famílias, e assim fortalecer a rede do reconhecimento e do respeito às diferenças. Nós, não somos iguais, todos nós, somos diferentes.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. Portal EBC. **CCJ do Senado aprova união estável homoafetiva**. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/ccj-do-senado-aprova-união-estavel-homoafetiva>> Acesso em mar. 2021.

BRASIL. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Censo demográfico 2010: famílias e domicílios: resultados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996.

BRASIL. **Projeto de Lei 6.583, de 16 de outubro de 2013. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências**. Câmara dos Deputados, Brasília, DF.

BRASIL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4277 e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 132/RJ**. Supremo Tribunal Federal, Brasília, DF.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Relações entre família e escola e suas implicações de gênero**. Cadernos de Pesquisa, Campinas, n. 110, p. 144-155, 2000.

CHECHIA, Valéria. Aparecida; ANDRADE, Antônio. dos Santos. (2005). **O desempenho escolar dos filhos na percepção de pais de alunos com sucesso e insucesso escolar**. Estudos de Psicologia, 10(3), 431-440.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - Resolução CNE/CP 1/2006: **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11.

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília: Diários Associados (DA), 2018. **Famílias formadas por pai, mãe e filhos já não são maioria no país**. Disponível em <<https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/12/25/interna-brasil,727213/familias-formadas-por-pai-mae-e-filhos-ja-nao-sao-maioria-no-pais.shtml>>

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, abr. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2007000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 mar. 2021.

FARIAS, Mariana Oliveira.; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Adoção por homossexuais: família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica**. Curitiba: Juruá, 2009.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019 - Pesquisa Nacional por Estatísticas do Registro Civil – 2018**. Rio de Janeiro: IBGE.

KASLOW. F. W. **Famílias e Psicologia familiar no Milênio**. American Psychologist, Washington, V. 56, n.1, p.37-46, jan. 2001.

KORNATZKI, Luciana; RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Anais da III Conferência Internacional Online de Educação Sexual – III COES: As Relações entre famílias homoparentais ou homoafetivas e escola: Uma revisão de literatura.** Brasil, 2015, p. 81.

LACERDA, Tiago Wiliam Felício. **Casos de famílias: representações de paternidade homossexual na cidade de Campinas.** Campinas: UFSC, 2008. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/ST21>. Acesso em 02 mar. 2021.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação.** Educação e Realidade, 2006, p. 155-169.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de and MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. **A relação família-escola: intersecções e desafios.** Estudos de Psicologia, Campinas, v. 27, n. 1, p. 99-108, jan./mar. 2010.

SENADO FEDERAL, **Projeto de Lei n. 6.583, de 16 de outubro de 2013. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências.** Atividade Legislativa, Projetos de Lei e Outras Proposições. Brasília, 2013.

SENADO FEDERAL, **Projeto de Lei do Senado n. 612, de 29 de setembro de 2011. Altera os artigos 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo.** Atividade Legislativa, Projetos e Matérias, Pesquisas. Brasília, 2011. Disponível em <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/102589>>. Acesso em 02 mar. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim: **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 1996.

SOUZA, Daniel Barbosa lima Faria Corrêa de. **Famílias plurais ou espécies de famílias.** Clubjus, Brasília, 2009.

SZYMANSKI, Heloísa. **Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano 21, n. 71, p. 9-25, set.2002.

TANCREDI, Regina. Maria Simões. Puccinelli., & REALI, Alice. Maria de Medeiros Rodrigues. (2001). **Visões de professores sobre seus alunos: um estudo na área da educação infantil.** Trabalho apresentado na 24ª Reunião Anual da ANPEd. (pp.1-16). Caxambu, 2006.

UZIEL, Anna Paula. **Família e homossexualidade: velhas questões, novos problemas.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Unicamp, Campinas, 2002.